

## EDITORIAL

Erinaldo Vicente Cavalcanti<sup>1</sup> 

Geovanni Gomes Cabral<sup>2</sup> 

Karla Leandro Rascke<sup>3</sup> 

Marcus Vinicius Reis<sup>4</sup> 

A Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas<sup>5</sup>, dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades e nos institutos federais de Educação Superior aos/as estudantes de escolas públicas e aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Criada no primeiro governo da presidenta Dilma Roussef (PT), legalmente eleita, em 2022 completa-se 10 anos da referida Lei e intensos têm sido os debates e reflexões sobre sua avaliação e ampliação, mesmo que o cenário nacional da educação no país caminhe, muitas vezes, na contramão dos anseios por uma sociedade democrática, justa e igualitária em oportunidades e bem-viver.

Neste ano, em especial, a Lei de Cotas tem gerado demandas e argumentos acadêmicos, jurídicos e educacionais vindos de diversos espaços, seja a academia ou os movimentos sociais. Também é perceptível movimentos em diversas mídias, redes sociais e no meio político, incluindo posturas de retrocesso quanto aos avanços alcançados, não apenas no acesso ao Ensino Superior, por exemplo, mas no âmbito da própria permanência<sup>6</sup>. Inúmeras pesquisas, relatórios, artigos acadêmicos e diferentes materiais nos mais distintos formatos têm apontado os avanços das políticas de ação afirmativa, dentro das quais temos a própria Lei de Cotas, o que impacta

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Editor da *Revista Escritas do Tempo*.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Diretor da Faculdade de História (FAHIST/Unifesspa). Editor da *Revista Escritas do Tempo*.

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Editora da *Revista Escritas do Tempo*.

<sup>4</sup> Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Editor da *Revista Escritas do Tempo*.

<sup>5</sup> Em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711 que “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio[...]”. Em seu artigo primeiro estabelece a reserva de vagas, “[...] em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” (BRASIL, 2012).

<sup>6</sup> Recomendamos a consulta a alguns destes materiais nas publicações da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, organizados em Cadernos Temáticos, Dossiês e Relatórios: <https://www.abpn.org.br/relatoriopublicacoesotas>; <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/index>;

significativamente na inclusão de estudantes indígenas, negros e pobres no Ensino Superior.

As ações afirmativas no Brasil são fruto de um processo histórico complexo que envolve diferentes movimentos sociais, mais especificamente os movimentos negros e antirracistas, movimentos dos povos indígenas, instituições democráticas e governos progressistas, com agendas articuladas às demandas sociais. A implantação dos programas de ação afirmativa, com recorte étnico-racial, constitui uma conquista da população brasileira organizada na luta contra a suposta “democracia racial” que durante décadas protagonizou viés interpretativo do Brasil.

Neste sentido, concordamos com Abreu, Mattos e Dantas (2010, p. 22) que o passado se tornou, “em função de memórias concorrentes, objeto de interesse e de uso político de muitos grupos, independente da ação ou explicação dos historiadores”. Diferentes demandas, questões e conflitos do presente, que dizem respeito aos usos do passado, requerem conexões e diálogos interdisciplinares, mas constituem também necessidade e possibilidade de atuação, de pesquisa e de participação ativa de historiadores e historiadoras.

Para este presente número da *Revista Escritas do Tempo*, nossos olhares convergem para as políticas de ações afirmativas, com o *Dossiê Temático “Os feitos e os efeitos das cotas raciais no Brasil: avanços, desafios e possibilidades”*, sob a organização do Professor Doutor Delton Aparecido Felipe - Universidade Estadual de Maringá – Paraná (UEM-PR) e da Professora Doutora Vera Regina Rodrigues da Silva - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE).

O dossiê oportuniza reflexões sobre as experiências de adoção das ações afirmativas nas instituições públicas em diferentes regiões do país, conectando “acúmulo epistêmico e político advindo dos processos de discussão e implementação das cotas raciais nas diferentes instituições de ensino no Brasil” (FELIPE; SILVA, 2022, p. 6). Os textos evidenciam ações, estratégias, narrativas e disputas políticas, e também anseios com base nas lutas mobilizadas nas últimas décadas quanto a tais políticas. Provocando dessa forma posicionamentos necessários e urgentes quanto aos protagonismos negros em diferentes espaços de atuações. Nesse sentido cabe ressaltar, o papel dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros quanto à implementação da Lei de Cotas nesses 10 anos de sua existência e os desafios de manutenção e ampliação dessa política.

Aos leitores e às leitoras e/ou aos interessados e interessadas em ser autores/as informamos que nosso periódico recebe artigos em fluxo contínuo e tem lançamento de um novo número a cada quatro meses, seguindo calendário e procedimentos éticos que envolvem a avaliação, a revisão e a editoração dos manuscritos. Esperamos receber constantemente a colaboração e o interesse de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e do exterior que pretendem divulgar suas pesquisas, beneficiando a sociedade com textos atuais, embasados teórica e metodologicamente e de impacto social e acadêmico.

Sejam todas e todos convidados à leitura!

### Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, 2010, p. 21-37.

FELIPE, Delton Aparecido; SILVA, Vera Regina Rodrigues da. Os feitos e os Efeitos das Cotas Raciais no Brasil: avanços, desafios e possibilidades. *Escritas do Tempo*, vol. 4, n. 10, 2022, p. 4-9.

MATTOS, Wilson Roberto. Contribuição historiográfica ao debate sobre ações afirmativas: exclusão racial na Bahia do século XIX. NASCIMENTO, AD.; HETKOWSKI, TM. (org.). *Memória e formação de professores* [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em: 22 jan. 2020.